

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA REFERENTE AO EXERCÍCIO 2018**

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) é a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, sendo responsável pela administração dos benefícios previdenciários dos servidores públicos do Estado e seus dependentes. O IPREV é uma autarquia, vinculada à Secretaria de Estado da Administração, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, operacional e financeira.

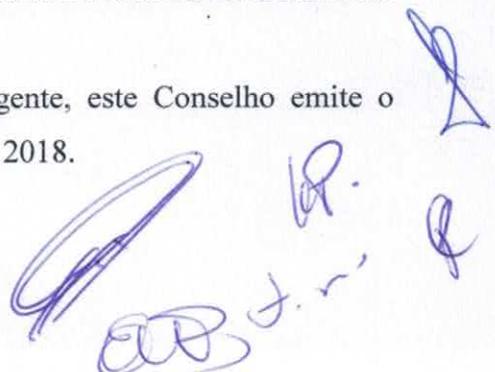
O Regime de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) é considerado de caráter contributivo e solidário. Está organizado de acordo com a Lei Complementar 412/2008, sendo composto por duas unidades gestoras: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV/SC) e Fundo Financeiro. A primeira é a unidade administrativa, responsável pela gestão da autarquia e a segunda, destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e respectivos dependentes.

Em 2013 foi instituído o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), como órgão de fiscalização da gestão financeira, com fundamento no art. 43, inc. I, da Lei Complementar 412/2008.

Conforme disposto no art. 4º do Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado pela Resolução 001/2013/CF/RPPS/SC, no decorrer do exercício de 2018, foram examinados os balancetes e balanços das unidades gestoras do IPREV/SC, apreciados documentos e relatórios de atividades, solicitadas informações e esclarecimentos à administração da instituição, bem como sugeridas medidas corretivas.

De acordo com o inciso VIII do artigo 43 da Lei Complementar nº 412/2008, regulamentado pelo Inc. IX, art. 4º da mencionada Resolução, compete ao Conselho Fiscal “remeter ao Conselho de Administração do RPPS/SC, anualmente, parecer sobre as contas e os balancetes do IPREV/SC”. Em atendimento ao Inc. IV, art. 10, da Instrução Normativa TC-0020/2015, o referido parecer também deve ser encaminhado ao Presidente do IPREV/SC para que o remeta ao TCE/SC.

Desse modo, dando cumprimento à legislação vigente, este Conselho emite o presente Parecer sobre as contas e os balancetes do exercício de 2018.



1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os balanços orçamentários das unidades gestoras que compõem o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) do exercício de 2018 estão descritos no quadro 1, onde constam as receitas realizadas e as despesas liquidadas.

Quadro 1 - Resultado Orçamentário do Exercício

RECEITAS/DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREV – UNIDADE ADMINISTRATIVA	FUNDO FINANCEIRO
RECEITAS CORRENTES	1.842.224,31	2.617.449.867,75
Receitas de Contribuições	0,00	2.533.241.158,91
Receita Patrimonial	1.104.628,40	31.669.732,79
Receita de Serviços	460.989,15	5.681.029,96
Outras Receitas Correntes	276.606,76	46.857.946,09
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS	1.842.224,31	2.617.449.867,75
Déficit	95.443.756,66	3.136.717.193,17
TOTAL	97.285.980,97	5.754.167.060,92
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES	9.018.074,30	31.021.757,97
Superávit Financeiro	9.018.074,30	31.021.757,97
DESPESAS CORRENTES	90.292.408,47	5.754.126.487,73
Pessoal e Encargos Sociais	37.846.181,40	5.710.255.464,37
Outras Despesas Correntes	52.446.227,07	43.871.023,36
DESPESAS DE CAPITAL	16.318,52	0,00
Investimentos	16.318,52	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	90.308.726,99	5.754.126.487,73
SUPERÁVIT	0,00	0,00
TOTAL	90.308.726,99	5.754.126.487,73

Fonte: Balanço orçamentário.

Na Unidade Administrativa do IPREV e no Fundo Financeiro, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 95 milhões e 3 bilhões, respectivamente. Isso ocorre porque parte da receita é contabilizada nas unidades arrecadoras e repassadas por meio da conta transferências intragovernamentais.

Junto ao Balanço Orçamentário da Unidade Administrativa do IPREV foram apresentados os demonstrativos dos Restos a Pagar não Processados e Processados. Verificou-se que foram inscritos R\$ 7,2 milhões, sendo liquidados e pagos R\$ 5,6 milhões e cancelados R\$ 1,7 milhões. No Fundo Financeiro, foram inscritos e cancelados R\$ 35,9 mil. Assim, recomenda-se que os empenhos sejam cuidadosamente analisados antes da inscrição em restos a pagar, de modo a não comprometer os gastos do exercício seguinte, haja vista que, de forma geral, 24% das despesas não foram realizadas.

Conforme se demonstra no quadro 2, na Unidade Administrativa do IPREV, o resultado orçamentário ajustado pelas transferências recebidas/concedidas para execução orçamentária diminui consideravelmente o déficit orçamentário. No entanto, cabe ressaltar que as receitas ajustadas pelas transferências foram insuficientes para cobrir todos os desembolsos destinados à execução orçamentária. Diferentemente ocorreu no Fundo Financeiro, cujo resultado foi positivo em R\$ 75,7 milhões, sendo esse o valor líquido do aporte para o RPPS no exercício de 2018.

Quadro 2 - Resultado Financeiro Ajustado

Itens	Unid. Admin. IPREV	Fundo Financeiro
Receita Orçamentária	1.842.224,31	2.617.449.867,75
Transf. Intra. Recebidas	91.206.726,08	3.919.242.442,63
Receita para Exec. Orçamentária Ajustada	93.048.950,39	6.536.692.310,38
Despesa Orçamentária	(90.308.726,99)	(5.754.126.487,73)
Transf. Intra. Concedidas	(3.585.918,30)	(706.864.015,95)
Despesa e Transf. Orçamentárias	(93.894.645,29)	(6.460.990.503,68)
Resultado Orçamentário Ajustado	(845.694,90)	75.701.806,70

Fonte: Balanço Financeiro e Orçamentário.

A execução das despesas orçamentárias, na unidade gestora IPREV, está demonstrada no quadro 3, onde se observa que 82% da dotação orçamentária com pessoal e encargos sociais foi realizada. Inicialmente, a dotação era de R\$ 42,6 milhões, tendo sido ampliada em 8%. O saldo da dotação de outras despesas correntes foi de 19,55%. A dotação referente a investimentos foi atualizada em 14%, mas, apenas 1% foi executado. Assim, observa-se considerável discrepância entre os valores orçados e realizados, sobretudo em relação às despesas de capital.

Quadro 3 – Execução da despesa da Unidade Administrativa

Grupo Natureza	Dotação Orçamentária	Liquidado	Execução	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	46.164.553,00	37.846.181,40	82%	8.317.651,77
Out. Desp. Correntes	73.319.524,34	52.446.227,07	72%	13.896.763,12
Investimentos	2.555.496,62	16.318,52	1%	2.539.178,10
Total	122.039.573,96	90.308.726,99	74%	24.753.592,99

Fonte: Balanço orçamentário.

O quadro 4 apresenta a execução orçamentária do Fundo Financeiro. Verificou-se que a dotação com pessoal foi realizada em 97%. A previsão orçamentária referente a outras despesas correntes teve supressão de 37%, sendo executada em 100%. Do total de despesas fixadas ao final do exercício, restou saldo de 1%, equivalente a R\$ 202 milhões. Desse modo, constata-se que as despesas orçadas ficaram bastante próximas dos valores liquidados.

(Handwritten signatures and initials)

Quadro 4 – Execução da despesa Fundo Financeiro

Grupo Natureza	Dotação Orçamentária	Liquidado	Execução	Saldo
Pessoal e Enc. Sociais	5.912.365.173,51	5.710.255.464,37	97%	202.069.135,95
Out. Desp. Correntes	43.907.895,36	43.871.023,36	100%	36.872,00
Investimentos	0,00	0,00	-	0,00
Total	5.823.505.994,00	5.754.126.487,73	99%	202.106.007,95

Fonte: Balanço orçamentário.

Na unidade administrativa do IPREV, foram analisadas as informações dos empenhos por modalidade de licitação, descritos no quadro 5, num total de R\$ 97,3 milhões. Observa-se que 93% foram realizados sem licitação, por não se aplicar o certame; dos 7% restantes, quase a metade (3%) foi realizada por dispensa e inexigibilidade. Do total licitado, 70% foi por concorrência, 25% por pregão presencial e 5% por pregão eletrônico, sendo esta a modalidade menos empregada. No entanto, pode ser mais econômica, recomendando-se o seu uso em detrimento de outras modalidades, nos termos da legislação vigente.

Quadro 5: Empenhos por Modalidade de Licitação – Unidade Administrativa IPREV

Descrição	Valor	Perc. Subtotal	Perc. Total
Convite	12.307,92	0,3%	0,01%
Concorrência	2.745.796,21	69,5%	2,82%
Pregão Eletrônico	199.979,19	5,1%	0,21%
Pregão Presencial	993.155,89	25,1%	1,02%
Total Licitado	3.951.239,21	100,0%	4,06%
Dispensa Licitação por Limite	151.299,46	5,2%	0,16%
Outras Dispensas	2.328.650,15	79,6%	2,39%
Licitação Inexigível	445.481,03	15,2%	0,46%
Total Dispensa e Inexigibilidade	2.925.430,64	100,0%	3,01%
Não Aplicável	90.409.311,12	100,0%	92,93%
Total Não Aplicável	90.409.311,12	100,0%	92,93%
Total Geral	97.285.980,97	-	100%

Fonte: Balancete Dez/2018.

A receita orçamentária prevista para o exercício foi R\$ 6,6 milhões, tendo sido realizada somente 9% do montante orçado. A receita desta unidade é oriunda quase que integralmente de transferências financeiras.

2 EXECUÇÃO PATRIMONIAL

2.1 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

O quadro 6 apresenta o resultado patrimonial do período referente à unidade administrativa do IPREV. As principais receitas são a taxa de administração (98%) e a remuneração de aplicações financeiras (1,2%) e as despesas, são a tributária (50%) e Pessoal e Encargos (40%).

Observa-se que, em relação ao exercício anterior, as variações aumentativas (receitas) sofreram queda de 6%, enquanto as variações diminutivas (despesas) aumentaram na mesma proporção, gerando queda no resultado em 226%. Os fatores motivadores foram a redução na arrecadação da taxa de administração e na remuneração das aplicações financeiras, o aumento dos gastos com PIS/PASEP e o repasse de R\$ 3,6 milhões a título de devolução da taxa de administração.

É importante destacar que a arrecadação gera gastos com PIS/PASEP, enquanto a devolução não gera crédito tributário. Portanto, a economia tributária poderia ter sido de aproximadamente R\$ 36 mil, recomendando-se melhor planejamento dessa receita.

Quadro 6: Resultado Patrimonial da Unidade Administrativa - IPREV/SC

Descrição	2018	2017	Variação	Prop.
Variações Patrimoniais Aumentativas	93.241.360,38	99.233.093,62	-6%	100,0%
Serviços Administrativos	460.989,15	355.290,01	30%	0,5%
Remuneração Aplicações Financeiras	1.104.628,40	3.021.964,06	-63%	1,2%
Taxa Administração	91.057.938,30	95.616.000,00	-5%	97,7%
Outras Receitas	617.804,53	239.839,55	158%	0,7%
Despesas	99.620.452,45	94.169.527,44	6%	100,0%
Pessoal e Encargos	39.333.134,71	39.024.253,62	1%	39,5%
PIS/PASEP	49.349.233,02	46.932.773,36	5%	49,5%
Uso de Materiais e Serviços	6.967.701,19	7.058.875,41	-1%	7,0%
Outras Despesas	3.970.383,53	1.153.625,05	244%	4,0%
Resultado Período	- 6.379.092,07	5.063.566,18	-226%	

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais; Balancete dez/2018.

O resultado patrimonial do Fundo Financeiro está demonstrado no quadro 7. Não constam neste demonstrativo o valor da conta VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, tendo em vista que, pelo princípio de competência, não se aplicam ao período.

Quadro 7: Resultado Patrimonial do Fundo Financeiro

Descrição	2018	2017	Variação	Prop.
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.659.795.734,08	6.405.608.435,59	4%	100,0%
Contribuições	2.537.964.703,17	2.326.348.360,38	9%	38,1%
Remuneração Aplicações Financeiras	30.137.851,67	37.185.265,09	-19%	0,5%
Aporte de Recursos	3.919.242.442,63	3.705.693.611,31	6%	58,8%
Outras Receitas	172.450.736,61	336.381.198,81	-49%	2,6%
Despesas	6.640.876.960,36	6.364.390.395,70	4%	100,0%
Pessoal e Encargos	110.452,36	3.914.567,07	-97%	0,0%
Benefícios Previdenciários	6.412.982.804,96	5.961.418.315,70	8%	96,6%
Repasse da Taxa de Administração	91.057.938,30	95.616.000,00	-5%	1,4%
Uso de Materiais e Serviços	1.082.940,45	1.932.576,07	-44%	0,0%
Outras Variações	135.632.107,96	301.439.146,49	-55%	2,0%
Resultado antes do Cálculo Atuarial	18.929.490,05	41.287.830,26	-54%	

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais; Balancete dez/2018.

Observa-se que, tanto as variações aumentativas quanto as variações diminutivas aumentaram em 4%. Porém, o resultado diminuiu em 54%, dado que, enquanto o acréscimo da arrecadação com as contribuições previdenciárias foi de 212 milhões, o aumento dos benefícios previdenciários foi de R\$ 452 milhões.

Considerando as provisões matemáticas lançadas na DVP pela contabilidade do Fundo Financeiro, os resultados são R\$ 436 milhões negativos em 2018 e R\$ 722 milhões positivos em 2017. No entanto, os valores apresentados no Relatório de Cálculo Atuarial de 2018 divergem dos registros realizados.

Quadro 8: Resultado Patrimonial do Fundo Financeiro

Descrição	Valor
Nota Técnica 3373/17	145.514.165.893,57
Nota Técnica 3410/18	152.019.204.331,99
Resultado (Déficit) ref. ao período	(6.505.038.438,42)
Resultado Patrim. antes das Prov. Matemáticas	18.929.490,05
Resultado Patrimonial do Período	(6.523.967.928,47)

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais; Relatórios de Cálculo Atuarial.

Conforme se demonstra no quadro 8, considerando as mencionadas notas técnicas que apresentam o cálculo atuarial, o resultado patrimonial do período totaliza R\$ 6,5 bilhões.

2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Foram analisados os balanços patrimoniais das unidades gestoras vinculadas ao IPREV/SC, as quais estão descritas no quadro 9 e 10.

Quadro 9: Balanço Patrimonial da unidade administrativa IPREV/SC

Contas	2018	2017	Variação
Ativo Circulante	11.991.989,94	18.293.695,63	-34%
Caixa e Equivalente de Caixa	0,00	0,00	-
Créditos a Curto Prazo	64.411,83	43.873,80	47%
Investimentos e Aplicações Temporárias	11.858.668,05	18.197.857,36	-35%
Estoques	59.392,73	37.707,63	58%
Outros Direitos	9.517,33	14.256,84	-33%
Ativo Não Circulante	0,00	77.300,11	-100%
Imobilizado	0,00	77.300,11	-100%
ATIVO TOTAL	11.991.989,94	18.370.995,74	-35%
Passivo Circulante	806.713,81	819.443,64	-2%
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais	414.784,30	428.124,26	-3%
Precatórios a Curto Prazo	111.064,42	68.131,61	63%
Consignações	268.207,72	258.429,26	4%
Outras Obrigações	12.657,37	64.758,51	-80%
Passivo Não Circulante	555.322,10	542.506,00	2%
Precatórios a Longo Prazo	555.322,10	542.506,00	2%
Patrimônio Líquido	10.629.954,03	17.009.046,10	-38%
Resultados Acumulados	10.629.954,03	17.009.046,10	-38%
PASSIVO TOTAL	11.991.989,94	18.370.995,74	-35%

Fonte: Balanço Patrimonial.

No quadro 9 observa-se que as obrigações do ativo e passivo total variaram para menos em 35% em relação ao exercício anterior. Isso ocorreu porque o resultado do período, demonstrado no quadro 6, foi negativo em R\$ 6,4 milhões. As variações significativas ocorreram nas contas do Patrimônio Líquido e nos Investimentos e Aplicações Financeiras, cujos saldos compreendem 89% e 99%, respectivamente.

O quadro 10 apresenta o Balanço Patrimonial do Fundo Financeiro, no qual se observa que 78% dos recursos estão em Investimentos em Aplicações Temporárias. Os bens referentes a investimentos e ao imobilizado compreendem 19% dos recursos totais.

Quadro 10: Balanço Patrimonial do Fundo Financeiro

Contas	2018	2017	Variação
Ativo Circulante	477.268.181,67	394.264.842,97	21%
Caixa e Equivalente de Caixa	160.293,81	168.353,70	-5%
Créditos a Curto Prazo	17.826.149,82	11.898.377,60	50%
Investimentos e Aplicações Temporárias	459.281.738,04	382.198.111,67	20%
Ativo Não Circulante	110.734.744,02	110.976.536,02	0%
Créditos a Longo Prazo	1.048.538,21	1.324.033,49	-21%
Investimentos	51.431.628,97	41.813.481,77	23%
Imobilizado	58.254.576,84	67.839.020,76	-14%
ATIVO TOTAL	588.002.925,69	505.241.378,99	16%
Passivo Circulante	114.720.039,81	103.588.013,66	11%
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.822.936,93	38.038.958,36	26%
Demais Obrigações a Curto Prazo	66.897.102,88	65.549.055,30	2%
Passivo Não Circulante	743.522.077,74	236.079.311,38	215%
Precatórios de Benef. Previdenciários LP	239.114.684,70	186.403.937,87	28%
Provisões Matemáticas a Longo Prazo	504.407.393,04	49.675.373,51	915%
Patrimônio Líquido	-270.239.191,86	165.574.053,95	-263%
Resultados Acumulados	-270.239.191,86	165.574.053,95	-263%
PASSIVO TOTAL	588.002.925,69	505.241.378,99	16%

Fonte: Balanço Patrimonial.

As contas Créditos a Curto e Longo Prazo totalizam R\$ 18,9 milhões, cujo detalhamento está descrito no quadro 11. Observa-se que os parcelamentos dos municípios equivalem a 7%, enquanto as dívidas de servidores cedidos, em licença sem vencimento, inativos e instituidores de pensões atingem 93% dos créditos. Por isso, recomenda-se que sejam tomadas providências judiciais, haja vista as extrajudiciais não têm logrado êxito, conforme informado nas notas explicativas do balanço anual.

Quadro 11: Detalhamento dos Créditos a Receber

Descrição	Valor	Perc.
Regime Próprio dos Servidores (RPPS)	17.550.654,54	93%
Créditos Prev. Parcelados Municípios a Curto Prazo	275.495,28	1%
Créditos Prev. Parcelados Municípios a Longo Prazo	1.048.538,21	6%
Total de Créditos a Receber	18.874.688,03	100%

Fonte: Balanço Patrimonial; Balancete Dez/2018.

Os municípios que possuem parcelamento ativo junto ao IPREV/SC estão descritos no quadro 12. No exercício de 2018, o total amortizado foi de R\$ 276 mil.

Quadro 12: Detalhamento dos Créditos a Receber – Municípios

Município	2018	2017	Perc.
São José	989.201,48	1.187.041,76	74,7%
Imarui	238.390,05	295.483,17	18,0%
Major Gercino	55.876,80	67.052,16	4,2%
Anitápolis	7.752,94	12.300,58	0,6%
Governador Celso Ramos	24.194,40	29.033,28	1,8%
São Bonifácio	4.167,52	4.167,52	0,3%
Ibirama	4.450,30	4.450,30	0,3%
Total	1.324.033,49	1.599.528,77	100%

Fonte: Balancete Dez/2018; Notas Explicativas 2018.

Quanto às obrigações, 13% vencem a curto prazo e se referem a precatórios e consignações; 87% a longo prazo. Considerando que os aportes de recursos para cobrir insuficiências financeiras em 2018 importaram aproximadamente em R\$ 4 bilhões, este valor deveria estar registrado como obrigação a curto prazo. O resultado acumulado é negativo em R\$ 270 milhões devido às reservas matemáticas lançadas. No entanto, o déficit apurado no relatório de cálculo atuarial em 2018 foi de R\$ 152 bilhões. Este é o valor, segundo o referido relatório, que não será coberto com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições previdenciárias e outras receitas próprias. Portanto, esse deveria ser o montante registrado na conta Provisões Matemáticas a Longo Prazo e Insuficiências Financeiras a curto prazo.

3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

No quadro 13 apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa da unidade administrativa do IPREV.

Quadro 13: Resultado Financeiro das Atividades Operacionais - IPREV

Descrição	2018	2017
Ingressos	93.048.950,39	98.534.795,21
Receitas derivadas e originárias	1.842.224,31	2.902.909,18
Outros ingressos operacionais	91.206.726,08	95.631.886,03
Desembolsos	99.367.859,36	95.820.147,07
Pessoal e demais despesas	88.181.541,45	88.576.974,24
Transferências concedidas	7.600.399,61	7.227.286,80
Outros desembolsos operacionais	3.585.918,30	15.886,03
Fluxo de Caixa Líquido das Ativ. Operacionais (I)	- 6.318.908,97	2.714.648,14
Ingressos	-	85,80
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	85,80
Desembolsos	16.318,52	27.767,89
Aquisição de ativo não circulante	16.318,52	27.767,89
Fluxo de Caixa Líq. das Ativ. de Investimentos (II)	- 16.318,52	- 27.682,09
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	- 6.335.227,49	2.686.966,05
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	18.193.895,54	15.506.929,49
Caixa e Equivalente de Caixa Final	11.858.668,05	18.193.895,54

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixas.

Observa-se que a geração líquida de caixa compreende o total das disponibilidades financeiras registradas no balanço patrimonial, conforme se verifica no quadro 9. Portanto, todos os recursos disponíveis destinam-se às atividades do instituto. A geração líquida de caixa foi negativa devido à queda na arrecadação das receitas operacionais (taxas de administração), bem como ao aumento dos desembolsos operacionais.

O quadro 14 apresenta os valores constantes na Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo Financeiro, na qual não constam valores de terceiros.

Quadro 14: Resultado Financeiro das Atividades Operacionais – Fundo Financeiro

Descrição	2018	2017
Ingressos	6.628.541.656,14	6.177.424.883,31
Receitas derivadas e originárias	2.617.449.867,75	1.003.588.715,72
Transferências correntes recebidas	0,00	1.406.966.186,28
Outros ingressos operacionais	4.011.091.788,39	3.766.869.981,31
Desembolsos	6.550.938.374,76	6.116.658.260,25
Pessoal e demais despesas	5.752.225.013,05	5.431.821.000,51
Outros desembolsos operacionais	798.713.361,71	684.837.259,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	77.603.281,38	60.766.623,06
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	381.207.183,73	320.440.560,67
Caixa e Equivalente de Caixa Final	458.810.465,11	381.207.183,73

Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixas.

Observa-se que não constam, no referido demonstrativo, fluxos de caixa de atividades de investimento ou financiamento, somente operacionais, sendo que o saldo financeiro é de R\$ 459 milhões. Considerando que a insuficiência financeira do próximo exercício pode ser de aproximadamente R\$ 4 bilhões, o referido saldo corresponde a 12% desse montante.

4 DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Nota Técnica 3513/18, elaborada por Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA 494, foi emitida em março/2018, conforme quadros 15 a 21.

Quadro 15: Quadro Civil

Item	Quantidade	Proventos (R\$)	%
Ativos	50.271	329.086.008,71	47,68
Inativos	46.270	298.261.344,88	43,22
Pensionistas	9.226	62.777.997,11	9,10
Total	105.767	690.125.350,70	100,00

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018.

No quadro 15, verifica-se que o quantitativo de pessoal ativo representa 48%, enquanto os Inativos e Pensionistas, 52%. Esse percentual não se alterou em relação ao exercício anterior. Observa-se que a renda média do pessoal civil é de R\$ 6, mil.

O quadro 16 apresenta a situação dos militares, onde se verifica que 42% são ativos e 58%, inativos e pensionistas e a renda média é de R\$ 7,3 mil, representando 11% a mais do que o pessoal civil.

Quadro 16: Quadro Militar

Item	Quantidade	Proventos (R\$)	%
Ativos	13.327	79.381.066,07	42,13
Inativos	9.961	92.662.625,06	49,18
Pensionistas	2.670	16.362.391,39	8,68
Total	25.958	188.406.082,52	100,00

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018.

O quadro 17 apresenta o resumo geral, que inclui o pessoal civil e militar, totalizando 132 mil servidores, dos quais, 46% são ativos e o restante (51%), inativos e pensionistas. Observa-se que a renda média dos ativos é de R\$ 6,4 mil, enquanto a dos inativos e pensionistas é de R\$ 6,9 mil.

Quadro 17: Resumo Geral – Civil e Militar

Item	Quantidade	Proventos (R\$)	%
Ativos	63.598	408.467.074,78	46,49
Inativos	56.231	390.923.969,94	44,50
Pensionistas	11.896	79.140.388,50	9,01
Total Geral	131.725	878.531.433,22	100,00

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018.

A evolução do plano de custeio do pessoal civil está demonstrada no item 3.4 (Futuras Aposentadorias), na tabela 13 da Nota Técnica nº 3513/18. São 55.496 inativos e pensionistas com proventos de R\$ 361.039.341,99. Em 2036, haverá uma diminuição desses números, passando para 45.218, com proventos de R\$ 174.445.736,39. A renda média atual de R\$ 6,4 mil será de R\$ 3,9 mil. De acordo com a referida nota, os encargos do IPREV atualmente equivalem a 54% da folha de pagamento dos servidores ativos e em 2036 esse percentual será de 33%.

Referente ao pessoal militar, a evolução do plano de custeio está demonstrada no item 5.4, da referida nota técnica, na tabela 23, na qual está demonstrado um aumento nos próximos 19 anos no contingente de inativos e pensionistas com o correspondente aumento do valor total dos proventos. São 12.631 benefícios com proventos de R\$ 109.025.016,45 e em 2036 serão 15.564 benefícios, com proventos de R\$ 195.875.027,38. O percentual de

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

encargos em relação à folha de pagamento dos servidores ativos é de 58%, atingindo 164% em 2036. A renda média, que atualmente é de R\$ 8,9 mil, em 19 anos será de R\$ 12,6 mil.

No entanto, ao comparar os valores entre os Relatórios de Cálculo Atuarial dos exercícios 2018 e 2017, quanto ao plano de custeio do pessoal civil, verificam-se relevantes discrepâncias, conforme se demonstra no quadro 18.

Quadro 18: Pessoal Civil: Inativos e Pensionistas

Referência	Relatório 2018			Relatório 2017		
	Qde	Proventos	% FP	Qde	Proventos	% FP
2016	-	-	-	56.680	357.581.189,48	109,99
2017	55.496	361.039.341,99	52,32	59.553	394.376.648,11	118,44
2036	45.218	174.445.736,39	33,04	68.101	707.666.624,72	134,93

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018 e 2017.

Observa-se que, no relatório de 2017, enquanto a quantidade de inativos e pensionistas previstas para 2036 é de 68.101, no relatório de 2018, essa quantidade se alterou para 45.218, variando os percentuais de 134,93% para 33,04%. Da mesma forma, os proventos acumulados, referentes a 2036, passaram de R\$ 707 milhões para R\$ 174 milhões.

Quanto ao pessoal militar, a diferença média é de 30% para mais. Também se evidencia que os períodos apresentados nos relatórios de 2017 e 2018 contemplam 2016 a 2036 e 2017 a 2036, respectivamente. Logo, no último exercício, o período contemplado é 19 anos.

Acerca dessas desigualdades, não se verificou nos relatórios motivos que as justificassem. Portanto, diante do exposto, cabe ressaltar a importância de tais relatórios, utilizados ativamente nos processos decisórios e em registros contábeis e todos elaborados pelo mesmo profissional, Sr. Francisco Humberto Simões Magro, MIBA 494.

Destacam-se os relatórios de maio e dezembro de 2015, que serviram de base para a extinção do Fundo Previdenciário e aumento das alíquotas de contribuição, de 11% para 14%, há que se questionar sua fidedignidade, pois não há uma continuidade lógica nem justificativas plausíveis. Também são incompletos e pouco esclarecedores.

Os quadros 19 a 21 apresentam os demonstrativos das Reservas Técnicas e apuração dos Resultados do pessoal civil, militar e consolidado, extraídos dos relatórios elaborados nos três últimos exercícios, de modo a possibilitar melhor compreensão da evolução dos valores.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, 'M.P.', and 'J.'.

Quadro 19: Apuração do Resultado do Pessoal Civil

RESERVAS TÉCNICAS			
TIPO	2018	2017	2016
RMBAC ¹	(51.177.656.665,04)	(58.272.799.661,35)	(53.416.185.658,69)
RMBC ²	(79.343.932.858,65)	(71.276.207.757,68)	(69.439.591.855,97)
Reserva Técnica	(130.521.589.523,69)	(129.549.007.419,02)	(122.855.777.514,66)
Comp. Financeira Receber	15.943.640.413,44	16.592.344.478,02	15.910.531.206,29
Comp. Financeira Pagar	0,00	0,00	0,00
Patrimônio	504.407.393,04	49.675.373,50	766.882.462,16
Resultado (Déficit)	(114.073.541.717,21)	(112.906.987.567,50)	(106.178.363.846,21)

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018, 2017, 2016.

Observa-se que o resultado dos últimos três exercícios é deficitário, seguindo uma tendência, ao contrário do que se demonstra no quadro 18, não se verificando influência dos valores e índices apresentados no plano de benefícios em relação ao resultado apurado.

Acerca do Patrimônio, verifica-se que nos últimos três exercícios foram de R\$ 766,9 milhões; R\$ 49,7 milhões e R\$ 504,4 milhões, respectivamente, o relatório informa por meio de nota à Tabela 26-A (p. 28), "Patrimônio em 31/12/2016". No entanto, não apresenta a fonte de onde esse valor foi extraído ou como foi calculado, destacando-se que não se identificou tal valor no Balanço Patrimonial de 2016.

O quadro 20 apresenta o resultado do pessoal militar, onde se observa que, a cada exercício, o déficit vem aumentando proporcionalmente. De 2016 para 2017, o aumento apresentado foi de 16%, repetindo-se o mesmo percentual no exercício seguinte.

Quadro 20: Apuração do Resultado do Pessoal Militar

RESERVAS TÉCNICAS			
TIPO	2018	2017	2016
RMBAC	(10.201.227.803,99)	(10.115.182.883,59)	(10.383.670.879,94)
RMBC	(28.826.523.274,22)	(23.478.091.305,07)	(18.355.142.326,77)
Reserva Técnica	(39.027.751.078,21)	(33.593.274.188,66)	(28.738.813.206,71)
Comp. Financeira Receber	1.082.088.463,43	986.095.862,60	815.892.051,76
Comp. Financeira Pagar	0,00	0,00	0,00
Patrimônio	0,00	0,00	0,00
Resultado (Déficit)	(37.945.662.614,78)	(32.607.178.326,06)	(27.922.921.154,95)

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018, 2017, 2016.

O quadro 21 apresenta o resultado consolidado do pessoal civil e militar, ou seja, a soma dos quadros 19 e 20.

¹ RMBC - Reserva Matemática de Benefícios a Conceder.

² RMBC - Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

Quadro 21: Apuração do Resultado Consolidado

RESERVAS TÉCNICAS			
TIPO	2018	2017	2016
RMBAC	(61.378.884.469,05)	(68.387.982.544,94)	63.799.856.538,62
RMBCC	(108.170.456.132,86)	(94.754.299.062,75)	87.794.734.182,74
Reserva Técnica	(169.549.340.601,91)	(163.142.281.607,69)	151.594.590.721,36
Comp. Financeira Receber	(17.025.728.876,87)	17.578.440.340,62	16.726.423.258,05
Comp. Financeira Pagar	0,00	0,00	0,00
Patrimônio	(504.407.393,04)	49.675.373,50	766.882.462,16
Resultado (Déficit)	(152.019.204.332,00)	(145.514.165.893,57)	(134.101.285.001,15)

Fonte: Relatório de Cálculo Atuarial 2018, 2017, 2016.

Os resultados apresentados no quadro 21 foram deficitários nos últimos três exercícios. De acordo com o Relatório de Cálculo Atuarial de 2018, esse resultado representa “o valor atual total dos aportes mensais a serem efetuados pelo Tesouro do Estado de Santa Catarina ao longo do tempo [...] até à extinção do último benefício (de acordo com o art. 23 da LC nº 412/2008).” Portanto, conforme se observa, o déficit de R\$ 152 bilhões deveria estar registrado como Provisões no Balanço Patrimonial do Fundo Financeiro.

Outro fator que merece destaque é a presença de inconsistências na base de dados disponível para a elaboração do cálculo atuarial descritas no capítulo 3 do Relatório de Cálculo Atuarial de 2018. Além disso, o gráfico “Relação Ativos X Inativos” indica que há 52,47% de inativos e 47,53% de ativos, ou seja, a massa de inativos e pensionistas supera a de ativos. Consta também a observação de que 48,44% dos servidores ativos não possuem dependentes, sendo um indício de dados desatualizados. Por isso, o mencionado relatório aponta a necessidade de atualização da base cadastral por meio de “recenseamento de todos os servidores conforme determina o inciso II, art. 15 da ON nº 02/20092. Base de dados desatualizada, incompleta ou com inconsistências conduz a resultados atuariais de baixa confiabilidade.”

Não se verificou no relatório menção acerca dos diferentes regimes de aposentadoria. Há servidores que terão seus proventos calculados pela média dos salários de contribuição que, muitas vezes difere da remuneração. Há também uma massa de servidores, cujos benefícios de aposentadoria estão limitados ao teto do Regime Geral da Previdência Social e outra em que os benefícios têm paridade e integralidade. Essas variáveis que influenciam diretamente o cálculo da evolução dos planos de custeio e a apuração do resultado (déficit ou superávit), que se traduz no valor dos aportes financeiros futuros.

5 LICITAÇÕES

O Relatório que trata das licitações iniciadas e/ou concluídas em 2018 é parte integrante deste parecer e segue em anexo. Da análise, constatou-se que os processos licitatórios, dispensa de licitação e termos de permissão de uso remunerado apresentados a este Conselho estão de acordo com o que exige a legislação pertinente, com as ressalvas e recomendações registradas no Relatório.

6 CONCLUSÃO

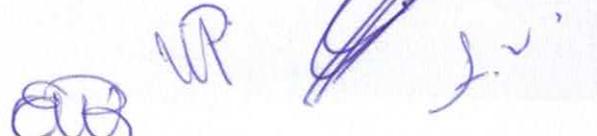
Foram analisadas as demonstrações contábeis que compõem do Balanço Anual do exercício de 2018 e os balancetes mensais e relatórios de controle interno do mesmo período, bem como o Relatório de Avaliação da Previdência Social do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV/SC (Nota Técnica 3410/18), neste parecer denominado Relatório de Cálculo Atuarial. As demonstrações contábeis foram disponibilizadas pela gestão do instituto, bem como o referido Relatório, elaborado pelo Atuário Francisco Humberto Simões Magro, MIBA 494, em março de 2018.

Nos documentos analisados não constam informações acerca da política de investimentos adotada em 2018, bem como das taxas dos rendimentos obtidos, sendo essas informações imprescindíveis para a análise das movimentações realizadas no mercado financeiro, principalmente em relação aos recursos do Fundo Financeiro.

Também se observou o pagamento de verbas incompatíveis com benefícios previdenciários, recomendando-se que sejam realizadas auditorias nas folhas de pagamentos.

Na unidade administrativa do IPREV, verificou-se que o resultado orçamentário foi deficitário, principalmente porque a maioria das receitas é arrecadada nos órgãos ou fundos de origem e recebidas por meio de transferências intraorçamentárias. No entanto, mesmo considerando tais repasses, os dispêndios foram maiores. Também se observou diferenças entre os valores orçados e realizados, sobretudo, em relação às despesas de capital, cuja realização foi de 1% do orçado. Mas, no Fundo Financeiro, constatou-se que as despesas orçadas ficaram bastante próximas dos valores liquidados.

Foi analisada a execução das despesas da unidade administrativa por modalidade de licitação, verificando-se que, do total das despesas, a licitação não se aplicou a 93% dos recursos e foi dispensada em 3%. O convite e o pregão eletrônicos foram os tipos que menos consumiram recursos, recomendando-se diminuir os casos de dispensa e melhor utilizar o pregão eletrônico por gerar maior concorrência e, por consequência, economicidade.

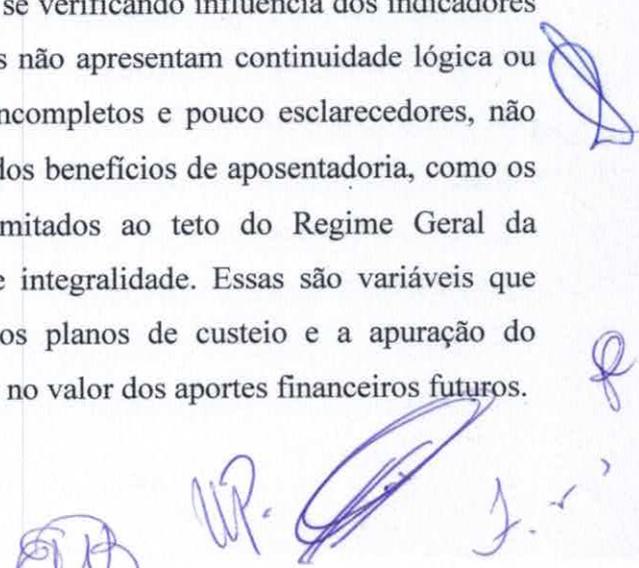


Quanto ao resultado patrimonial, na unidade administrativa, foi deficitário, sendo a variação em relação ao exercício anterior de 226% negativos. Os fatores motivadores foram a redução na arrecadação da taxa de administração e da remuneração das aplicações financeiras, o aumento dos gastos com PIS/PASEP e a devolução de parte da taxa de administração. Destacou-se que sobre a arrecadação incide PIS/PASEP, enquanto a devolução não gera crédito tributário, recomendando-se melhor planejamento dessa receita.

O resultado patrimonial do Fundo financeiro antes das provisões matemáticas foi superavitário, o que é esperado, tendo em vista que se destina a administrar e pagar benefícios previdenciários, mas diminuiu 54% em relação ao exercício anterior. Com os valores das provisões, esse resultado ficou negativo em 6,5 bilhões. Além disso, destacam-se, na conta créditos a receber, os débitos de segurados, responsáveis por 93% do total e o caso de municípios que não estão saldando suas obrigações, recomendando-se que sejam tomadas providências.

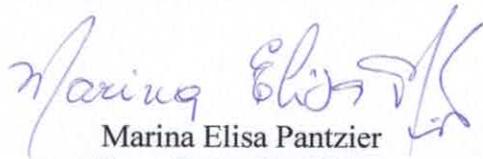
Verificou-se quanto às obrigações, que 87% é a longo prazo. Porém, considerando que os aportes para cobrir insuficiências financeiras em 2018 totalizaram aproximadamente R\$ 4 bilhões, o valor deveria estar registrado como obrigação a curto prazo a fim de cobrir a insuficiência do próximo exercício. No Patrimônio Líquido, o resultado acumulado foi negativo devido às reservas matemáticas, que, no entanto, não se harmonizam com o déficit apurado no relatório de cálculo atuarial, de R\$ 152 bilhões, o que ocorre também em relação às provisões registradas no passivo. Portanto, recomenda-se que os registros contábeis sejam regularizados, conforme disposto nos relatórios de cálculo atuarial.

Referente a tais relatórios, analisou-se a evolução do plano de custeio do pessoal civil e militar, comparando-a com o exercício anterior, e os resultados das reservas técnicas dos três últimos exercícios. O comparativo da evolução referente ao pessoal civil apresentou diferenças consideráveis, não sendo apontados os motivos que levaram a isso. Já, os resultados, foram progressivamente deficitários, não se verificando influência dos indicadores apresentados no plano de benefícios. Muitos valores não apresentam continuidade lógica ou exposição de motivos. Os relatórios também são incompletos e pouco esclarecedores, não fazem menção às diferentes formas de composição dos benefícios de aposentadoria, como os proventos baseados na média contributiva, os limitados ao teto do Regime Geral da Previdência Social e os que conservam paridade e integralidade. Essas são variáveis que influenciam diretamente o cálculo da evolução dos planos de custeio e a apuração do resultado (deficitário ou superavitário), que se traduz no valor dos aportes financeiros futuros.

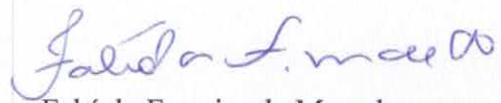


Portanto, considerando a importância dos relatórios de cálculo atuarial, utilizados para registros contábeis e em relevantes processos decisórios, questiona-se a forma como estão sendo elaborados, de modo a evitar o comprometimento de sua validade. Por isso, recomenda-se melhor avaliação dos aspectos que envolvem a elaboração do relatório de Avaliação da Previdência Social do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina IPREV/SC; atualização da base de dados e dos registros contábeis, que devem ser fidedignos, demonstrando adequadamente os resultados atuariais.

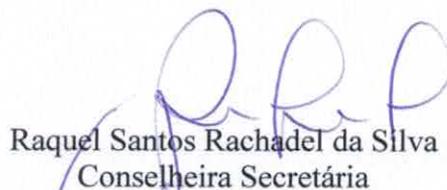
Florianópolis/SC, 19 de março de 2019.



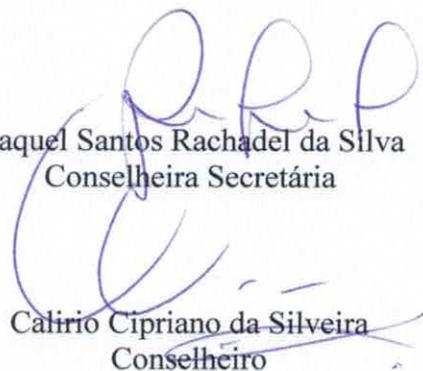
Marina Elisa Pantzier
Conselheira Presidente



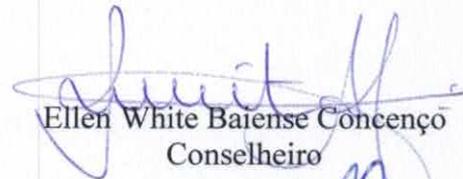
Fabíola Ferreira de Macedo
Conselheira Vice-Presidente



Raquel Santos Rachadel da Silva
Conselheira Secretária



Calirio Cipriano da Silveira
Conselheiro



Ellen White Baiense Concencço
Conselheiro



Maicon Santos Frierweiler
Conselheiro